



*SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA:
QUAL A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO PÓS
GUERRA- FRIA?*

Sandra Pereira
Universidade do Minho

Resumo

O presente estudo pretende analisar, interpretar e investigar a Segurança e Defesa Europeia, tendo por base o papel das diversas Organizações Internacionais de Segurança e Defesa a actuar na Europa, no período pós guerra-fria. Em particular, pretendemos examinar a articulação entre as diversas Organizações de Segurança e Defesa na Europa.

Será alvo da nossa investigação, as actuais práticas com repercussões militares de cada uma das Organizações Internacionais estudadas, nomeadamente: a UE/UEO; a OTAN; a OSCE e a ONU. A Segurança e Defesa Europeia e nomeadamente a cooperação existente entre as diferentes Organizações Internacionais é uma questão que tem suscitado grande polémica e é alvo de variadas respostas, por isso para além de demonstrarmos a actual articulação entre elas, incluímos igualmente no estudo as diferentes opiniões em relação ao que deveria ser a Segurança e Defesa Europeia.

INTRODUÇÃO

A Segurança Internacional foi desde sempre uma preocupação e prioridade dos Estados. Ulteriormente, ela era encarada como segurança militar contra possíveis agressões externas. A luta de poder entre os Estados, propiciava notoriamente um clima de tensão entre eles, e tornava imprescindível uma política de segurança nacional forte. A diplomacia e o Direito Internacional procuravam equilibrar o poder entre os estados de modo a harmonizar a Comunidade Internacional, tentando obviamente pôr ordem na anarquia. Actualmente o conceito de Segurança Internacional é muito mais abrangente, não se cingindo exclusivamente a aspectos militares e de defesa estadual. Ole Weaver, afirma precisamente essas mudanças: "One approach was to move from a strict focus on the security of the state (national security) toward a broader or alternative focus on the security of people, either as individuals or as a global or international collectivity" (1995:47). A segurança dos indivíduos não é apenas alcançada através da protecção militar contra possíveis ameaças externas, ela passa também, pelo bem-estar económico, pelas preocupações ambientais, pela identidade cultural e pela defesa dos seus direitos políticos. As ameaças à segurança podem ser divididas em categorias específicas, nomeadamente: Prevenção de Conflitos (*Conflict Prevention*); Restauração da Paz (*Peacebuilding*); Manutenção da Paz (*Peacekeeping*) e Imposição da Paz (*Peace-Enforcement*). A Prevenção de Conflitos respeita a situações em que um conflito de grande escala pode ser evitado através de assistência financeira e técnica, cooperação económica e diálogo político. As missões de Restauração da Paz implicam o compromisso militar para reconstruir e restabelecer a paz após terminado o conflito. As operações de Manutenção da Paz incluem "(...) a prevenção, contenção e extinção de hostilidades num estado, através da intervenção de uma terceira parte, que é organizada e dirigida internacionalmente, com a utilização de meios e capacidades multinacionais tais como soldados, policiamento e civis no sentido de manter a paz" (Schechter in Klare, 1994) Estas intervenções militares são efectuadas com o consentimento das principais partes envolvidas no conflito. Por fim, a Imposição da Paz, que inclui acções militares destinadas a separar beligerantes envolvidos no conflito, através da força e com ou sem o consentimento das partes envolvidas. Existe por tanto uma clara distinção entre manutenção da paz e imposição da paz

Uma vez que o presente estudo incide fortemente sobre as Organizações Internacionais, torna-se indispensável esclarecer o seu conceito e génese. A origem

histórica das Organizações Internacionais data do século XIX, na sequência do Congresso de Viena, que procurou reorganizar a Europa e lançar as bases de um sistema que fosse capaz de equilibrar as potências, após a queda de Napoleão I. No entanto, vários filósofos e pensadores, como é o caso de Dante Alighieri, no século XIV, preconizavam uma organização mundial em que os diferentes reinos e repúblicas, sem prejuízo da sua independência, se encontrariam submetidos à direcção e jurisdição de um monarca universal (Martins, 1996). O papel das Conferências Diplomáticas também merece destaque, no entanto, é no Pós 1ª Guerra Mundial, que se dá um maior progresso do fenómeno: das Organizações Internacionais especializadas que existiam até à data, criou-se a 1ª Organização Internacional de carácter geral, a Sociedade das Nações (SDN), que tinha como principal objectivo manter a paz. Podemos definir Organização Internacional, como: "(...) entidades criadas, sob a égide do Direito Internacional, por acordo de vontades de diversos sujeitos jurídicos internacionais, para efeito de prosseguirem no âmbito da Comunidade Internacional, autónoma e continuamente, finalidades específicas, não lucrativas de interesse público comum, através de órgãos seus com competência própria" (Martins, 1996: 50).

RESENHA HISTÓRICA

No Pós 2ª Guerra Mundial, com a extinção do fascismo e do nazismo, subsistiram duas grandes correntes ideológicas responsáveis pela divisão do mundo em dois pólos. De um lado os capitalistas, liberais e democratas, liderados pelos EUA; do outro os comunistas, tendo por país líder a URSS. Entre as duas correntes não havia legitimidade mútua, por isso os focos de tensão eram constantes. O meio de dissuasão utilizado pelos blocos era a corrida aos armamentos, sobretudo armas nucleares e de destruição maciça – a paz mundial dependia do terror nuclear.¹

As Organizações Internacionais de Segurança e Defesa com capacidade operacional a nível militar eram a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)² e o Pacto de Varsóvia. A segurança e defesa eram, neste contexto, alcançadas através do

¹ Diversas crises, de onde destacamos a questão do bloqueio de Berlim em 1948, tornaram temível o confronto directo entre as duas super-potências. Os dois blocos defrontavam-se indirectamente em conflitos regionais.

² A OTAN é uma aliança militar, cujo acto constitutivo foi assinado em 4 de Abril de 1949 em Washington. O seu intuito era a prevenção e contenção de possíveis agressões, assim como a promoção de uma cooperação e diálogo contínuo em campos não militares entre os seus estados membros.

equilíbrio de forças entre as organizações militares de cada um dos blocos ideológicos. A OTAN era a única organização capaz de defender o território da aliança; os seus objectivos incluíam a promoção da estabilidade na Europa e a promoção das relações transatlânticas.

As restantes organizações internacionais com influência na Europa eram, em termos militares, extremamente frágeis, senão completamente ineficazes. A Organização das Nações Unidas (ONU)³ enfrentou durante a Guerra-Fria, um período de ineficácia, não só militar como também política. O Conselho de Segurança da ONU possui membros permanentes com direito de veto sobre as matérias em votação. Os EUA e a URSS, dois dos membros permanentes do Conselho de Segurança, vetavam constantemente as propostas provenientes do bloco oposto. A ONU vivia num permanente impasse, sendo que as decisões importantes permaneciam congeladas. A União Europeia⁴ também não se impôs como um actor global, sobretudo no que concerne à segurança e defesa. No entanto não podemos olvidar os circunstancialismos que precederam a integração europeia. A Europa era um continente que acabara de sair de uma guerra terrível e destruidora, por isso a sua maior preocupação era a reconstrução económica; as questões de segurança e guerra foram colocadas em segundo plano. Os europeus pretendiam uma maior harmonia económica, até esta se transformar numa integração completa. Os laços económicos impediriam os conflitos armados entre os estados-membros. Em termos de segurança e defesa a Europa aceitou de bom grado a submissão à protecção dos EUA, ficando sob o chapéu da segurança americana.

A União Europeia Ocidental (UEO) nasceu nos Acordos de Paris em 1954, assinados para a reformulação do Tratado de Bruxelas em 1948, com o intuito de defender os seus membros da ameaça comunista. Desde o seu início teve pouca aplicabilidade na prática, mas visava sobretudo a colaboração em assuntos económicos, sociais e culturais e sobre legítima defesa. A UEO recebeu fracas estruturas militares porque como todos os seus membros faziam parte da OTAN, e como havia uma coincidência de finalidades e de objectivos, evitaram-se duplicações desnecessárias e a

³ A ONU surgiu no Pós 2ª Guerra Mundial, em consequência do falhanço da SDN na sua principal função de manter a paz. A ONU é uma organização de carácter geral, que actualmente conta com 192 membros. A sua função primordial é, igualmente, a manutenção da paz mundial e da segurança internacional.

⁴ Antes da UE se tornar uma união económica e monetária, teve de passar por diversas fases, que vão desde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) até à actual pretensão de uma política externa de segurança comum.

UEO foi transferindo as suas responsabilidades militares para a OTAN.⁵ O principal intuito da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE)⁶ era a Segurança e Defesa pan-europeia. A organização teria como funções a prevenção de conflitos e gestão de crises, bem como o controlo de armamento, sendo que concederia grande relevo à dimensão humana. Em termos de segurança e defesa a sua acção foi praticamente nula, muitos advogavam que a OSCE não passava de um fórum de discussão aberta e de negociação para os governos membros, não chegando a ter estruturas organizacionais bem definidas. No entanto é de salientar a sua importância, uma vez que incluía entre os membros, os governos de leste. A sua criação tinha subjacente a ideia de que ela seria uma alternativa à OTAN, no entanto, é importante não esquecer que a OSCE não possuía meios e capacidades militares próprios que garantissem a segurança dos seus Estados Membros.

Resumindo, a Segurança e Defesa Europeia, consistia no equilíbrio de forças entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, ou seja, baseava-se no equilíbrio entre os dois blocos responsáveis pela bipolarização do mundo até 1989.

PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA

Com o fim da Guerra-Fria houve uma alteração extremamente profunda da sociedade e da realidade internacional. O conceito de Segurança Europeia sofreu profundas alterações: por um lado existe uma nova compreensão no que concerne às ameaças à segurança europeia – as agressões em grande escala ao território europeu tornaram-se improváveis, sendo que as maiores preocupações em termos de ameaças à segurança resultam das instabilidades que se fariam sentir graças às elevadas transformações económicas e políticas, de onde destacamos o terrorismo, os conflitos étnicos, os *rogue states*⁷ e a sua intenção de desenvolver armas de destruição maciça. Por outro lado, assistimos a alterações do modo como se responde aos novos desafios e ameaças – a Segurança Europeia está crescentemente dependente da cooperação internacional e das instituições multilaterais.

⁵ A sua reactivação em 1984 teve origem, sobretudo, num certo desagrado dos europeus, em relação ao diálogo entre a URSS e os EUA, em relação aos mísseis de alcance intermédio instalados na Europa.

⁶ Ulterior Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), que se reuniu pela primeira vez em Genebra e Helsínquia, entre Julho de 1973 e Agosto de 1975. A partir de 1994 passa a designar-se OSCE.

⁷ Em português, os designados Estados falhados.

A alteração do cenário foi de tal forma significativa que implicou mutações estratégicas, tanto em termos militares como políticos. No que respeita às mudanças militares, assiste-se a uma diminuição da dependência em relação à arma nuclear, apoiando-se o controlo de armamento. Em termos políticos valoriza-se a interdependência e a cooperação entre estados, "(...) cooperative security suggests an institution centred approach in which national interests are replaced by collective interests. States depend on cooperation with other states to meet security needs (...)" (Mckenzie, 1998: 2).

Em seguida pretendemos focar o actual papel de cada uma das organizações citadas em termos de segurança e defesa.

OTAN

Com o desaparecimento da ameaça de uma invasão militar "socialista" à Europa Ocidental, a OTAN teve de ser reestruturada num sentido menos preventivo de um conflito de grandes proporções, e mais com objectivos de cooperação em matéria de segurança.

Segundo os neo-realistas, com o fim de uma ameaça, as alianças têm tendência a quebrar-se. No entanto isso não sucedeu com a OTAN. Para compreendermos essa realidade, não nos podemos olvidar que a OTAN é mais do que uma organização militar, ela é igualmente um instrumento político. O lado político da Aliança está visivelmente na linha da frente, permitindo que a Aliança actue como uma sede de consulta, com o intuito de coordenar e harmonizar opções políticas, promovendo o processo de relações entre os países ocidentais e de leste. No entanto, esta consulta não se limita a assuntos exclusivamente políticos, mas passa também pelo espaço do planeamento da defesa, da emergência civil, cooperação em relação ao armamento. O seu envolvimento não se circunscreve aos acontecimentos que ocorrem dentro da área da Aliança, mas abrangem acontecimentos fora dessa área geográfica, que têm implicações para a mesma. A propósito da sua redefinição, Vaclav Havel afirmou que a Aliança era acima de tudo um instrumento em prol da democracia, defensora de valores políticos e espirituais; e que mais do que um pacto de estados contra um inimigo mais ou menos óbvio, ela era principalmente a defensora da civilização euro-americana e assim um pilar da segurança global. (Havel in Kaplan, 1999).

Segundo Willy Claes, Secretário-Geral da OTAN em 1996, (Claes in Mccalla, 2000) o papel da Aliança no Pós Guerra-Fria teria como objectivo estabelecer laços mais estreitos com os Estados da Europa Central e de Leste, permitindo o seu

alargamento a leste; do mesmo modo deveria apostar no progresso do relacionamento com a Rússia e alguns Estados Mediterrâneos e do Norte de África, bem como trabalhar com organizações regionais e internacionais de modo a garantir a estabilidade europeia.

Como já foi afirmado anteriormente, os conflitos regionais com sérias consequências humanitárias, são uma realidade quotidiana para os europeus depois de 1991, e substituem os cenários globais da Guerra-Fria. Desde 1990 as guerras vitimaram 4 milhões de pessoas, 90% das quais eram civis. Em todo o mundo, mais de 18 milhões tiveram de abandonar os seus lares por causa dos conflitos. O novo conceito estratégico da OTAN abrange exactamente estas novas realidades, sendo que a organização passou a dedicar-se, para além da tradicional defesa colectiva, a operações de manutenção da paz no continente europeu, gestão de crises e prevenção de conflitos, ou seja, o seu campo de acção foi alargado, chegando mesmo a cobrir operações humanitárias e anti-terroristas, luta contra o tráfico de drogas, assim como ameaças indefinidas à paz e à democracia.

A OTAN tem desempenhado um papel crucial no contexto da segurança europeia, sendo a única instituição com uma posição eficiente em termos militares, ou seja, a OTAN é a única organização com meios e capacidades para intervir militarmente em qualquer parte do globo.

UE/UEO

A União Europeia, que reúne 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes, com uma produção que representa $\frac{1}{4}$ do PNB mundial é forçosamente um actor global. No Pós Guerra-Fria a UE procura agir também como actor global a nível da Segurança Internacional, assumindo desta forma a sua quota-parte de responsabilidade. Parafraseando estas palavras Jean Pierre Chevènement, Ministro Francês da Defesa afirmou em 1989: "International events are encouraging us to take our own security into our own hands, at the same time as offering us new possibilities to do so". (Nye, 1993: 119). O desenvolvimento de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) permitiria uma maior responsabilidade europeia no que concerne à sua segurança e defesa, diminuindo desta forma a dependência em relação à OTAN e aos EUA.

O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, introduz no seu capítulo V a política externa de segurança comum (PESC). A PESC inclui todas as questões relativas à segurança da União Europeia e pretende salvaguardar os valores comuns e interesses fundamentais, bem como reforçar a segurança dentro da União Europeia. Tem igualmente como fim preservar a paz e a segurança internacional, promover a

cooperação internacional e desenvolver e consolidar a democracia, respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pela lei. A UEO, apesar de ser uma organização de defesa separada, foi requerida para implementar as decisões que fossem tomadas no seio da PESC, teria de proporcionar o acesso a uma capacidade operativa, e pôr em prática as decisões e acções da União que tivessem repercussão no campo da defesa. As disposições da PESC foram revistas pelo Tratado de Amsterdão que entrou em vigor em 1999.

Muitos autores afirmam que desde 1998 foram alcançados mais progressos no campo da segurança e defesa europeia do que nos 50 anos precedentes. Em Dezembro de 1998, em St Malo, reuniram-se o Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair e o Presidente Francês Jacques Chirac que declararam a importância do desenvolvimento de uma capacidade política e militar autónoma. Esta foi uma Cimeira significativa uma vez que permitiu um desbloqueio do veto com mais de 50 anos por parte do Reino Unido, em relação à discussão da Segurança e Defesa Europeia. Em St. Malo acorda-se a legitimidade e a urgência de desenvolver o pilar Europeu em termos de Segurança. O Conselho Europeu de Colónia, em Julho de 1999, definiu a gestão de crises como o alvo principal da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). As chamadas Missões Petersberg foram originalmente definidas pela UEO e são descritas como acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo do conflito. A Cimeira de Helsínquia, em Dezembro 1999, definiu o objectivo da União Europeia de, agindo em conjunto, serem capazes, através da fixação de objectivos em matéria de capacidades militares e civis de gestão de crises, de colocar até 2003, 60 000 pessoas no terreno, num prazo de 60 dias, e de as manter durante um ano. Estas forças designadas de Forças de Reacção Rápida seriam capazes de conduzir as missões Petersberg. Em Nice foram estabelecidas novas estruturas permanentes, quer militares, quer políticas. Estas novas instituições seriam responsáveis pelo controlo político e pela direcção estratégica em caso de crise. Entre as novas instituições destacamos o Comité Político e de Segurança (Cops) – com sede em Bruxelas, e integrado por representantes nacionais – o Comité Militar da UE (CM) – composto por chefes do Estado-Maior da Defesa. Em Junho de 2000, na Cimeira de Feira, a União decidiu desenvolver os aspectos civis da gestão de crises. As quatro áreas prioritárias sobre as quais esse desenvolvimento teria

lugar eram: policiamento, reforço do estado de direito, reforço da administração civil e protecção civil. Em 2001, no Conselho Europeu de Laeken, foi declarada a operacionalidade da Força de Reacção Rápida.

A União Europeia colocou em prática a sua vertente militar em 2003 através do envio de pequenos contingentes de Manutenção da Paz para a Macedónia (em Março e com a participação de 400 militares) e para o Congo (em Junho e contou com a participação de 1200 militares). O desenvolvimento do músculo militar foi reforçado pela operação na Bósnia e Herzegovina em Dezembro de 2004, quando 7000 soldados iniciaram a missão de Manutenção da Paz, em substituição das forças da OTAN. No entanto, e apesar dos planos para a formação de “grupos de combate” já em 2007 e do provável alargamento da sua missão dos Balcãs à província do Kosovo, a UE deverá continuar a limitar-se em assegurar operações de Manutenção da Paz e de tipo humanitário.

OSCE

A OSCE conta actualmente com 54 membros e visa promover a segurança, a justiça e a paz, bem como desenvolver a cooperação internacional em domínios, tais como o económico, humanitário, ambiental, entre outros. A OSCE reflecte o desafio da cooperação multilateral, no entanto, ela continua "an incoherent amalgam of process and structure with few means of enforcement at its disposal." (Mckenzie, 1998: 119). A OSCE é sobretudo um espaço de consultas regulares sobre a política de segurança. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Igor Ivanov, reafirma o papel de cooperação política da OSCE e considera inadmissível as tentativas de usar a OSCE como instrumento de pressão sobre os países membros. Segundo ele a OSCE é uma instituição de cooperação e assistência e não um instrumento de pressão e punição.

Em relação à OSCE, será importante mencionar a sua escassez de meios e capacidades militares independentes para agir em caso de necessidade. A existência do veto para cada um dos estados-membros, faz com que, em caso de uma crise que exija que todos garantam conjuntamente a segurança e que imponham soluções, tenha de se enfrentar os diferentes valores, interesses, sobretudo se um dos membros estiver directamente envolvido na crise. Para assegurar uma maior eficácia da OSCE no que respeita à segurança e cooperação europeia, é necessário que os seus membros aumentem o seu apoio em relação à organização – apoio político, mas também financeiro.

Na prática a OSCE tem um papel significativo na diplomacia preventiva, ou seja na prevenção de conflitos e crises, desempenhando igualmente um papel central no controlo de armamento – para além da redução efectiva do armamento, a OSCE cria normas que garantem o sucesso dos esforços para a diminuição dos mesmos. Crescentemente com maior incidência, estão as missões da OSCE no que concerne à reabilitação das regiões no pós-conflito. Daqui convém realçar uma das funções primordiais da OSCE, ou seja, a defesa dos direitos humanos e das minorias, bem como o desenvolvimento económico das regiões afectadas por crises. As operações de *Peacekeeping*, também são cobertas pela OSCE, no entanto, e como não tem meios próprios, tem de os requerer à OTAN ou à UEO.

A presença da OSCE na Bósnia-Herzegovina, sobretudo no seu apoio às eleições de 14 de Setembro de 1996, foi de extrema importância. A contribuição no processo de paz na Chéchenia e a sua participação no controlo de conflitos e tensões entre maiorias e minorias nacionais, como é o caso da Letónia, da Ucrânia e da Moldávia, são exemplos práticos das suas missões no terreno. A protecção às minorias e a defesa dos direitos humanos tem um papel prioritário no domínio da diplomacia preventiva.

Segundo Flavio Cotti, presidente da OSCE em 1996: "La destinée de l'OSCE dépend de la volonté unanime des États participants. L'OSCE reste une Organisation flexible qui sait s'adapter aux différentes situations. Seul l'avenir dira si la fonction de l'OSCE dans la future collaboration en matière de sécurité sera simplement complémentaire ou si l'OSCE aura un rôle plus important à jouer" (<http://www.osce.org/natodéclarationparl'osceaunacc/brussels/11dec.1996.htm>). A OSCE não detém relevância significativa na questão de Segurança e Defesa Europeia, tendo antes um papel complementar, destinando-se em especial à defesa dos direitos humanos e das minorias. Apesar de ser uma organização bastante activa no combate de conflitos latentes, até recentemente faltava-lhe experiência na contenção de conflitos.

ONU

A ONU enfrenta actualmente uma crise de identidade, que se pode resumir na questão de Mark Turner (Financial Times, November 29, 2004) "The United Nations in a divided world: Can it reform to stay relevant?" O relatório intitulado "Um mundo mais seguro: uma responsabilidade partilhada", define uma série de propostas para reformar as Nações Unidas na sua função de supervisora da justiça e ordem mundial. Estas propostas incluem a expansão das linhas de orientação do Conselho de Segurança no que respeita ao uso da força (novo código de guerra); maior controlo na transferência

de tecnologia nuclear e uma convenção e definição global para o terrorismo. Apesar do principal objectivo da ONU ser a manutenção da paz, o seu papel a nível da Segurança e Defesa Internacional é bastante reduzido e de pouco destaque. Contudo, a ONU continua a " (...) refining principles against the use of force; delegitimizing Western colonialism; pronouncing on specific situations; urging disarmament and arms control; and exhorting states to arm" (Archer, 1992: 97). Como afirma Kofi Annan, a ONU detém um papel indispensável, uma vez que " (...) In today's world, no state, however powerful, can protect itself on its own. Likewise, no country, weak or strong, can realise prosperity in a vacuum" (Financial Times, March 21 2005).

As actuais funções da ONU, em termos de segurança e defesa, são sobretudo a questão do desarmamento e do seu controlo; as questões humanitárias; a promoção e protecção dos direitos humanos; a diplomacia preventiva; as missões de manutenção da paz e a sua função de clarificar princípios contra o uso da força. No que respeita às acções da ONU num contexto de Segurança e Defesa, podemos afirmar que "(...) their involvement will be too little, too late and may be absent from significant disputes" (Archer, 1992: 177).

A ONU enfrenta um sério problema de legitimidade, uma vez que não possui meios que forcem os Estados a agir de acordo com as leis internacionais e de acordo com o que vem expresso na Carta das Nações Unidas, quando os conselhos, a persuasão e a pressão não funcionam. Como exemplo desta incapacidade podemos citar o caso dos EUA e da Inglaterra, que declararam guerra ao Iraque sem o necessário mandato da ONU, e a organização nada foi capaz de fazer para impedir a intervenção, nem para os punir posteriormente.

Em seguida iremos mencionar alguns exemplos práticos da acção da ONU. Em termos de manutenção da paz, com o auxílio da OTAN, podemos destacar a sua acção na ex-Jugoslávia (UNPROFOR), Bósnia (SFOR II), na Croácia (SFOR), no Kosovo (KFOR), e também em Moçambique, entre outros. Esta actividade da ONU nunca foi isente de críticas, de destacar a falta de meios e força para agir. Quanto ao controlo de armamento, podemos mencionar o caso das inspecções de Blix e Baradei no Iraque. Por fim citaremos o caso do Burundi, do Camboja, de Ruanda, entre outros, como regiões onde a ONU procurou proteger os direitos humanos.

Em 2002, a ONU manteve 15 operações de *Peacekeeping* e 13 missões políticas de *Peacebuilding*. No que diz respeito às operações de *Peacekeeping*, elas ocorreram na Europa (5); em África (4); no Médio Oriente (4); e na Ásia e Pacífico (2). No que

respeita às missões de *peace-building*, elas tiveram lugar na África; na Ásia e Pacífico; e na América-Central. Estas operações cobrem uma série de necessidades que incluem o desarmamento, a protecção dos direitos humanos, os conflitos étnicos, a corrupção estadual, a realização de eleições democráticas, entre outros.

A ONU dedica-se cada vez mais à prevenção de conflitos e construção da paz, estando cada vez mais distante das grandes operações militares, uma vez que não possui capacidades para tais intervenções.

ARTICULAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES

Finda a Guerra-Fria surge com maior incidência entre os intelectuais, políticos e pessoas atentas, a questão da articulação entre as diversas Organizações de Segurança e Defesa na Europa. A Segurança Europeia requeria reflexão e mudanças, visto que o contexto se alterara radicalmente. A cooperação entre as diversas organizações era uma necessidade, assim como a definição do campo de acção de cada uma, tendo sempre presente que para uma segurança e defesa eficaz, é necessário o diálogo e a interdependência entre elas: "(...) institutions are also having difficulty defining their missions; NATO, the EU; the WEU and OSCE compete with one another for policy and political influence on the European landscape while seeking to define the character of security challenges facing Europe." (Mckenzie,1998: 175).

Num teor de Segurança Europeia, é fundamental o "polimorfismo", ou seja, são terminantes diversas organizações (OTAN, UE/UEO, OSCE) a desempenhar funções específicas – evitando-se desta forma sobreposição de funções, conflitos e desentendimentos. Será importante mencionar o conceito de Parceria para a Paz, em que os países da OTAN abriram as portas para a cooperação com outros países no quadro da aliança ocidental, os novos membros são convidados a participar na resolução de crises e conflitos a vários níveis, avaliando alternativas baseadas em interesses diferentes, mas sempre com o objectivo de encontrar uma solução pacífica.

A melhor forma de se obter uma segurança europeia eficiente é colocar as organizações que actuam na Europa, a agirem conjuntamente na resolução de conflitos, crises e na prevenção de possíveis problemas. Esta é uma questão de extrema importância e que tem sido alvo de sérias reflexões. Em Setembro de 2002, realizou-se em Lisboa, uma conferência com personalidades ilustres, que versava precisamente esta questão. Que tipo de Segurança para a Europa? Qual a articulação entre as diferentes

Organizações de Segurança e Defesa? É exactamente sobre essa questão que nos debruçaremos em seguida.

UE/UEO

O tratado de Maastricht foi pioneiro no sentido de conceder à União Europeia, preocupações em relação à sua segurança e defesa. A conformação de uma política comum de segurança e defesa traduziu-se na transformação da UEO numa espécie de "braço armado" da UE, muito embora não dispusesse ainda, na sua estrutura institucional, de mecanismo equivalente à obrigação de assistência mútua automática em caso de agressão (como previsto no quinto artigo do Tratado de Bruxelas da OTAN).

A UEO teria de desenvolver o seu papel de organismo político-militar europeu de gestão de crises, utilizando meios e capacidades cedidos pelos estados-membros da UEO, numa base nacional ou internacional e recorrendo quando for necessário, a meios e capacidades da OTAN. A UEO contribuiria, nos termos do artigo 17º do Tratado da União Europeia, para a definição de uma política de defesa comum e efectuar a sua aplicação prática por meio do desenvolvimento do seu próprio papel operacional.

O Tratado de Maastricht reforçou a necessidade dos Estados Membros da UEO desenvolverem uma IESD genuína, e uma maior responsabilidade europeia em termos da sua defesa. Esta identidade seria desenvolvida através de um processo gradual, envolvendo sucessivas fases. A UEO elaborou as "Conclusões Preliminares sobre a Definição de uma Política Europeia de Defesa Comum", em 1997, o que constitui uma primeira colaboração para os objectivos, o âmbito e os meios de uma política europeia de defesa comum. Posteriormente, a sua função seria a:

- definição dos princípios que iriam comandar a utilização das forças armadas dos Estados da UEO em "Missões Petersberg";
- organização de meios operacionais para as Missões de Petersberg, tais como elaboração de planos genéricos e de circunstância e treino, preparação e interoperabilidade das forças, incluindo a sua participação no processo de planeamento de defesa da OTAN;
- serviços de informação no domínio da defesa, por intermédio da Célula de Planeamento, do Centro de Situação e do Centro de Satélites.

A UEO procurou reforçar o seu papel operacional, através da melhoria do funcionamento das componentes militares da sede da UEO e a criação, sob a autoridade do Conselho, de um Comité Militar. Nas palavras de John Roper: "WEU will be

developed as the defence component of the European Union and as a means to strengthen the European pillar of the Atlantic Alliance. To this end, it will formulate common European defence policy and carry forward its concrete implementation through the further development of its own operational role" (http://www.europa.eu.int/theworkingrelationshipsbetweentheeu,weuandnato_johnroper.ht).

Com o intuito de desenvolver relações mais estreitas com a União Europeia, a UEO elaborou alguns propósitos específicos como a sincronização de datas de encontros e harmonização de métodos de trabalho; estabelecimento de uma cooperação mais estreita entre o Conselho e o Secretariado-Geral da UEO e o Conselho e o Secretariado-Geral da UE; assegurar que a Comissão das Comunidades Europeias seja informada e quando necessário consultada, acerca das actividades da UEO; encorajar maior cooperação entre a Assembleia Parlamentar da UEO e o Parlamento Europeu.

Os esforços de tornar a UEO o “braço militar” da UE foram desprovidos de sucesso, a sua actuação na Bósnia demonstrou claramente o fracasso do seu papel operacional e mesmo da sua política externa. A criação de uma segurança a nível europeu, ou pelo menos a tentativa de igualar o pilar americano no seio da OTAN, estão ainda em fase embrionária, sendo necessários esforços vigorosos por partes dos estados europeus. Segundo José Cutileiro, Secretário Geral da UEO em 1998: "Il est clair que la pierre angulaire de la défense européenne est l'OTAN (...) L'UEO est clairement l'instrument de gestion de crises à la disposition des Européens pour des opérations dans lesquelles les Nord-Américains ne souhaiteraient pas intervenir directement. De même si la manque de moyens opérationnels de l'UEO a été effectivement un vrai problème, cela n'est pas le cas aujourd'hui" (http://www.europa.eu.int/otan_ueo/colloquediscourssecgenueo_madrid/4mai 1999.htm).

Contrariamente à UEO que é "dépourvue d'enracinement dans le vécu national et local des États-membres" (Hiesbourg, 1999: 223), a União Europeia é uma organização com grande força política. Por isso, em Novembro de 2000, o Conselho dos Dez membros plenos da UEO aprovou a transferência progressiva das suas funções operacionais para a UE. De facto, depois da criação da Força de Reacção Rápida (FRR) – desdobramento do Eurocorpo dominado pela França e pela Alemanha – a transferência do Estado-Maior da UEO para o Estado-Maior da UE até 2002 poderá selar o destino da UEO, cujas estruturas políticas (Assembleia Parlamentar) e de coordenação de equipamento militar (Grupo Armamento da Europa Ocidental) já

abrigam praticamente todos os países integrantes, candidatos à adesão ou associados à UE.

Tornar a União Europeia politicamente viável exigirá acções conjuntas por parte dos estados-membros. Para tal, a UE deverá conduzir a sua política externa e de segurança, definindo as suas orientações gerais, adoptando decisões estritamente europeias e reforçando a cooperação entre os estados-membros na condução da sua política externa. Se a UE pretende demonstrar a sua seriedade em relação à sua política externa, tem de ultrapassar os obstáculos⁸ e falar a uma só voz no que diz respeito aos assuntos internacionais. A intervenção militar no Iraque provocou uma das maiores divisões europeias desde a queda do Muro de Berlim – de um lado encontramos o Reino Unido, Espanha e Portugal que apoiaram a intervenção norte-americana e do outro lado do espectro França e Alemanha que reprovaram tal intervenção. O conflito eclodiu e tivemos a oportunidade de assistir os diversos chefes de Estado a tomarem as suas posições em relação à eclosão da guerra, no entanto não assistimos à posição do Alto Representante para a PESC, Javier Solana, opinando em nome de toda a União.

Muitos se questionam, se o desenvolvimento de uma PESC tem como intuito, uma maior independência em termos de segurança e defesa, ou se tem como principal função, tornar a União mais coerente, avançando-se no sentido da tão desejada união política. "Is the purpose of European defence to promote European Integration or to provide for collective defense?" (Mckenzie, 1998: 101).

UE E UEO/ OTAN

Sendo a base da defesa colectiva europeia, a OTAN advoga contudo o desenvolvimento da IESD, de modo a que os europeus possam desempenhar um papel de maior relevo no seio da OTAN, criando um autêntico pilar Europeu. Desta forma, os Americanos poderiam olhar para a Europa como um parceiro e não como um parasita dependente.

A UEO era um elemento essencial no progresso da IESD no seio da Aliança Atlântica – uma vez que era o “braço militar” da UE – por isso tornava-se essencial o reforço de cooperação concreta e institucional com a OTAN. Essa cooperação desenvolveu-se nos seguintes domínios: mecanismos de consulta entre a UEO e a OTAN no contexto de uma crise; participação activa da UEO no processo de planeamento de defesa da OTAN; ligações operacionais entre a UEO e a OTAN para o

⁸ O principal obstáculo concerne à reticência dos estados-membros em ceder continuamente parte da sua soberania a instituições supranacionais.

planeamento, preparação e condução de operações que utilizem os meios e capacidades da OTAN sob o controlo político e a direcção estratégica da UEO, nomeadamente: no planeamento e expansão de exercícios militares, efectuada pela OTAN em coordenação com a UEO; na elaboração de um acordo-quadro sobre a transferência, o acompanhamento e a restituição dos meios e capacidades da OTAN; nas ligações entre a UEO e a OTAN no domínio dos arranjos europeus de comando.

Em Berlim, em 1996, assiste-se a um momento histórico das relações transatlânticas, com importantes desenvolvimentos na prática: a adopção das forças-tarefas conjuntas combinadas (Combined Joint Task Forces, CJTFs), ou seja, unidades separáveis mas não separadas que podem ser deslocadas em função de objectivos especificamente europeus no quadro da aliança liderada por Washington. Estas são forças multinacionais inseridas na OTAN, e que permitem à UEO liderar operações, utilizando os meios e as capacidades da OTAN. As forças-tarefas conjuntas permitiram a correcção de duas fraquezas da UEO: o acesso a capacidades militares e o comando e controlo de estruturas. Estes meios e capacidades apenas seriam usados em operações onde a OTAN não estivesse envolvida, e o seu uso seria avaliado caso a caso pelo Conselho da OTAN.

Como já foi visto anteriormente a UE tem vindo a absorver as funções e responsabilidades da UEO. Esta transferência de responsabilidades elevou a relação entre a OTAN e a União Europeia para uma nova dimensão. De salientar que a relação entre as duas organizações é necessária, importante e lógica: a OTAN e a UE partilham fins estratégicos e valores comuns, como a democracia, o liberalismo, a liberdade, entre outros; por outro lado, a UE precisa da OTAN, para poder garantir a sua segurança e defesa.

A ordem de trabalhos para a construção de relações permanentes entre a UE/OTAN, que o Alto Representante da U.E. e o Secretário-Geral da OTAN concluíram em Março de 2003, foram um marco nas relações entre as duas organizações. Esta ordem de trabalhos foi construída tendo por base a Cimeira de Washington de 1999, as conclusões do Conselho Europeu de Nice e St. Maria da Feira, em 2000, assim como da declaração conjunta UE/OTAN em 2002.

O Conselho de Sta Maria da Feira, estabeleceu as directrizes para fazer funcionar a relação OTAN/UE. Para isso seria necessário aceitar a igualdade das organizações internacionais, apesar das suas naturezas distintas; respeitar plenamente a autonomia de decisão dos então 15; reforçar mutuamente a OTAN e não discriminar

estados-membros. Em Nice, formularam-se propostas concretas à OTAN para fazer com que essa colaboração funcionasse. A garantia de acesso às capacidades da Aliança, bem como uma presunção de disponibilidade dos activos e capacidades pré-determinadas pelos peritos da OTAN e da União Europeia foram decisões acordadas. Por outro lado, deveria identificar-se as opções de comando postas à disposição dos então 15, e pôr-se a condição de que a cadeia de comando estaria sob o controlo político e sob a direcção estratégica da UE.

Na Cimeira de Washington, a OTAN consciencializa-se que a organização responsável pelo desenvolvimento das capacidades militares europeias era a UE e não a UEO, por isso procurou reforçar as suas relações com ela, através do desenvolvimento dos conceitos de interoperabilidade de forças e de políticas orientadas para a melhoria de capacidades ao nível da mobilidade estratégica, da auto-protecção, da sustentação das forças e dos sistemas de comando e controlo e da informação. Na Cimeira de Washington foi, também, manifestado apoio ao desenvolvimento da Iniciativa Europeia de Segurança e Defesa, traduzido na necessidade de a União Europeia dispor de uma capacidade autónoma para poder intervir no âmbito militar, procurando a criação de sinergias entre as duas organizações.

Em 2002, a UE e a OTAN fizeram uma declaração conjunta sobre a PESD, onde afirmaram que a relação entre as duas organizações seria baseada em princípios tais como parceria – garantindo que as actividades de gestão de crises das duas organizações são mutuamente reforçadas – consulta mútua, diálogo, cooperação e transparência; igualdade de autonomia em relação à tomada de decisão de ambas organizações; respeito pelos interesses dos estados-membros da U.E. e da OTAN; desenvolvimento coerente e mútuo das capacidades militares. Este acordo é a essência da futura cooperação UE-OTAN. Aprofundar uma cooperação eficaz e real na gestão de crises é crucial como primeiro passo de um novo relacionamento. Tanto a União Europeia como a OTAN dão contribuições diferentes e complementares para esta gestão. A União Europeia tem primazia na coordenação dos aspectos civis do ciclo da manutenção e construção da paz; os americanos poderiam aprender com a maneira

como certos europeus fazem essa construção e manutenção, uma vez que eles perdem mais soldados nas operações pós-inserção em comparação com os britânicos.⁹

A parceria pretende assegurar uma eficiente gestão de crises e um trabalho em conjunto no sentido de identificar a melhor resposta possível para as crises. Para isso aprovaram os dispositivos mútuos de consulta, que envolvem o Comité Político e de Segurança da UE e o Conselho Norte-Atlântico, o Comité Militar da UE e da OTAN e o Alto Representante da UE e o Secretário-Geral da OTAN. A cooperação entre as duas organizações multiplicou-se. Em 2000, os peritos da Aliança, contribuíram com conselhos militares e técnicos, para o desenvolvimento do trabalho dos peritos da União Europeia, na sua função de estabelecer uma lista de forças e capacidades necessárias para levar a cabo o objectivo fundamental da União em termos de segurança e defesa, ou seja, as Missões Petersberg. Uma troca de cartas entre o Secretário-Geral da OTAN e a Presidência Sueca da UE teve lugar em Janeiro 2001, das quais resultaram a decisão de se efectuarem encontros conjuntos, a nível ministerial e a nível das embaixadas; a nível ministerial, os encontros deveriam realizar-se semestralmente. A partir de Fevereiro 2001, esses encontros regulares entre o Comité Político e de Segurança da UE e o Conselho Norte Atlântico iniciaram-se, sendo que o primeiro encontro formal entre a OTAN e os ministros dos negócios estrangeiros da União aconteceu em Budapeste, em Maio de 2001.

Contactos entre o Secretário Geral da OTAN e o Alto Representante da União Europeia continuaram a contribuir para o aumento da cooperação entre as organizações e, em Maio de 2002, Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambas as organizações, reuniram-se em Reykjavik, onde reafirmaram a sua vontade de alcançar uma relação mais próxima e transparente entre a OTAN e a UE. As discussões acerca da situação nos Balcãs, tornou-se uma questão responsável por encontros regulares entre o Conselho Norte Atlântico e o Comité Político e de Segurança da UE. A situação na Sérvia foi igualmente sujeita a consultas e cooperação, tornando-se depois necessária uma intervenção internacional em 2001, com o intuito de atenuar o risco de um conflito civil na área.

⁹ Isto é, em parte, o resultado de uma herança da era colonial que é partilhada por outros europeus. O que é actualmente chamado operações especiais e manutenção da paz era conhecido nos tempos do Império Britânico por contra-terrorismo e policiamento imperial.

Em 2003 registaram-se uma série de progressos na relação transatlântica, de onde destacamos a assinatura em Março de 2003 de um Acordo UE-OTAN sobre a Segurança da Informação, que permite o intercâmbio e a circulação de informações e material classificados segundo regras recíprocas de protecção da segurança. Nesse mesmo mês foi acordado pelas duas organizações o pacote “Berlim-Plus”¹⁰, cujas disposições procuravam evitar a duplicação desnecessária de recursos e compreendiam quatro elementos. Estes elementos são: garantir o acesso da UE ao planeamento operacional da OTAN; pôr à disposição da UE as capacidades e meios comuns da OTAN; conceder opções de comando europeu da OTAN para as operações dirigidas pela UE, incluindo o desenvolvimento do papel europeu do Adjunto do Comandante Supremo Aliado da OTAN, Europa, (SACEUR) e adaptar o sistema de planeamento da defesa da OTAN para incorporar a disponibilidade de forças para operações da UE. Um exercício conjunto UE-OTAN de gestão de crises – para testar o alcance das disposições permanentes sobre consultas e cooperação em tempo de crise – teve lugar em Novembro de 2003.

As disposições do “Berlim-Plus” foram postas em prática na *Operação Concordia*, a primeira operação militar da União Europeia na ex-República Jugoslava da Macedónia. Existe também uma coordenação operacional UE-OTAN tanto na Bósnia-Herzegovina – onde forças dirigidas pela OTAN estão destacadas na SFOR e a União Europeia tem uma missão de polícia – como no Kosovo – onde forças dirigidas pela OTAN estão destacadas na KFOR e a União Europeia é responsável pela reconstrução económica. A experiência proveniente da Operação *Concordia* e do primeiro exercício conjunto UE-OTAN de gestão de crises permitirão um aumento da eficácia operacional das disposições “Berlim-Plus” e um reforço da relação transatlântica.

No Pós 11 de Setembro tornou-se evidente um aumento da cooperação transatlântica no que respeita ao combate ao terrorismo e à proliferação das armas de destruição maciça. A cooperação transatlântica é igualmente visível no acordo de Julho de 2003, onde os EUA e a UE admitiram uma abordagem conjunta para a estabilização dos Balcãs Ocidentais. O facto de tantos acordos de grande alcance terem sido negociados em tão pouco tempo é uma prova do empenho da UE e da OTAN em desenvolver uma parceria estratégica a longo prazo entre a União Europeia e a OTAN.

¹⁰ O termo “Berlim-Plus” é uma referência ao facto de ter tido lugar em Berlim a reunião de 1996 em que os ministros dos estrangeiros da OTAN concordaram em criar uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa e pôr à disposição para este fim os meios da Aliança

Por tudo que foi dito anteriormente, é fácil concluir que a Defesa Europeia dificilmente estará dissociada dos EUA e da OTAN, por isso o desenvolvimento das relações entre as duas organizações são fundamentais. Nas palavras de Javier Solana: "...la relation stratégique entre l'Europe et les États-Unis doit être préservée: c'est ensemble que nous devons contribuer à la stabilité du monde et à la défense de nos valeurs communes" (Solana, 2001: 219).

OTAN e UE/ ONU

A cooperação entre as Nações Unidas e as instituições regionais requer uma compreensão das possibilidades e limitações de cada uma, assim como o desenvolvimento de princípios, regras e procedimentos para governar a parceria, o que não tem sido tarefa fácil na prática. Como ponto de partida nesta análise, urge salientar que a OTAN e a UE comprometem-se a agir de acordo com a Carta das Nações Unidas, apoiando-a quando necessário e defendendo os princípios da democracia, igualdade e lutando pelos direitos humanos.

A ONU está perfeitamente consciente da sua falta de recursos e meios militares para intervir, por isso reconhece a sua incapacidade de agir sozinha, e a necessidade de apelar assistência às organizações regionais. A OTAN é indubitavelmente a instituição dominante na coordenação de intervenções militares sempre que necessário. É a organização regional mais capaz de "(...) apoiar a ONU na busca de uma resposta possível à anarquia madura em que se transformou o globalismo da segurança" (Moreira, 1999: 420). A OTAN cede os seus meios e capacidades militares, em operações de *Peacekeeping* lideradas pela ONU, na prática podemos destacar o apoio dado pela OTAN no processo de paz na ex-Jugoslávia. Entre 1992 e 1995 a Aliança tomou diversas decisões importantes que levaram a operações das forças navais da OTAN, em conjunto com a UEO, para regular e posteriormente impor o embargo e as sanções da ONU no Adriático. A IFOR (the NATO-led Implementation Force) contribuiu para a criação de um ambiente mais seguro que pudesse conduzir a uma reconstrução política e social da antiga Jugoslávia. Na Bósnia e Herzegovina a Aliança também apoiou a Força de Protecção das Nações Unidas (UNPROFOR) através de um importante apoio aéreo. A acção conjunta entre OTAN e ONU, juntamente com o esforço diplomático, foi responsável pelo cessar-fogo e a negociação de uma solução para o conflito em Agosto de 1995.

A OTAN e a UE não podem intervir militarmente fora do território da Aliança/União, sem o mandato de autorização da ONU. No entanto, a acção no Kosovo

foi efectuada sem esse mandato, a justificação para tal intervenção foi a tragédia humana e o desrespeito quotidiano pelos direitos humanos da população civil. O uso da força pela Aliança, sem o consentimento da ONU, pode trazer sérios riscos, nomeadamente fortes tensões na comunidade internacional, para além de reforçar a incapacidade da ONU de impor as suas resoluções e os seus princípios aos estados-membros.

OTAN e UE/ OSCE

Desde 1996 que a OSCE e a OTAN estão empenhadas em desenvolver um processo de interacção política e de cooperação, para isso tornaram regulares os contactos e encontros entre o Presidente da OSCE e o Conselho Norte Atlântico. No que concerne à cooperação no terreno, as duas organizações trabalharam na vigia da implementação de sanções e na verificação do controlo de armamento nos Balcãs. A Força de Implementação da OTAN (SFOR) e a posterior Força de Estabilização (SFOR) prestaram um apoio fundamental à OSCE na operação na Bósnia e Herzegovina, quer em termos de segurança do pessoal da OSCE, quer a nível de apoio na sua função de preparar, supervisionar e instruir as eleições que tiveram lugar em Setembro de 1996. Durante o período em que a Missão de Verificação da OSCE esteve no Kosovo (Outubro 1998-Março 1999), os funcionários da OSCE trabalharam no terreno em sinergia com as forças aéreas de verificação da OTAN. Actualmente a missão da OSCE no Kosovo mantém relações estreitas com a Força do Kosovo (KFOR) da OTAN, que tem como função assegurar um ambiente pacífico para a realização das actividades da comunidade internacional no Kosovo.

A OSCE e a UE partilham a génese histórica, uma vez que nasceram de um desejo semelhante de estabelecer formas de cooperação na Europa, que dirimissem as tensões entre antigos inimigos e impedissem futuros conflitos na região. Javier Solana, descreve a OSCE e a UE como “parceiros naturais”. A OSCE apoia o desenvolvimento de uma IESD e de uma capacidade militar mais eficiente. Neste contexto podemos apontar o apoio que a UE pode prestar nas operações de manutenção de paz da OSCE, defesa dos direitos humanos e supervisão de eleições democráticas.

ONU/OSCE

Um dos parceiros mais chegados da OSCE é a ONU. A cooperação iniciou-se em 1992, quando a ONU declarou que a OSCE (na altura CSCE) era uma organização regional nos termos do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. Um esquema de cooperação e coordenação entre o Secretário da ONU e a CSCE foi acordado logo em

1993, sendo atribuído à CSCE, nesse mesmo ano, um estatuto de observador da ONU. A partir desta data, os encontros entre responsáveis da ONU e da OSCE tornaram-se regulares. Os órgãos das Nações Unidas são constantemente convidados a participar no Encontro Anual da OSCE em Viena.

A cooperação a nível político é complementada com actividades no terreno. No Kosovo, a ONU e a OSCE estão a desenvolver uma relação estreita e inovadora. Tendo por base a Resolução 1244, de Julho 1999 das Nações Unidas, estabeleceu-se uma missão da OSCE no Kosovo, como uma componente distinta dentro da Missão Interina de Administração das Nações Unidas (UNMIK). A função da OSCE estava relacionada com a construção da democracia e defesa dos direitos humanos. A Missão da ONU na Bósnia e Herzegovina, apoiou as actividades eleitorais organizadas pela Missão da OSCE na região, sobretudo no que diz respeito à promoção dos direitos humanos no país. A OSCE e a ONU também cooperaram no Tajiquistão, fornecendo assistência em assuntos como protecção de refugiados, assistência eleitoral e protecção humana. Estes são alguns exemplos práticos da cooperação existente entre as duas organizações com repercussões na área da segurança e defesa.

QUE SEGURANÇA EUROPEIA?

Segundo P. Martinsen a União Europeia tem vindo a desenvolver uma cultura estratégica de Segurança e Defesa¹¹, que é visível em três dimensões: a dimensão política, a dimensão operacional e a dimensão institucional. A dimensão política da União Europeia manifesta-se no interesse dos estados-membros em desenvolver o seu sector militar e de segurança, no entanto esta pretensão encontra obstáculos por parte desses mesmos membros que se sentem relutantes em ceder a sua soberania nacional em detrimento de instituições e autoridades supranacionais. No que concerne à sua dimensão operacional, a União Europeia representa actualmente a segunda força militar em termos de capacidades e despesas militares, no entanto essa posição é ilusória uma vez que essas capacidades e recursos existentes estão dispersos por 25 países. Por outro lado, interessa salientar que mais substantivo do que a quantidade, é a relevância e qualidade das forças armadas e dos equipamentos militares – a UE denota um défice significativo ao nível de equipamentos de comando, controlo, comunicações,

¹¹ O autor define cultura estratégica como as ideias, expectativas e padrões de comportamento que são partilhados entre os actores envolvidos no processo de segurança e defesa.

reconhecimento e inteligência. Finalmente em relação à dimensão institucional, e como já foi visto anteriormente, têm existido progressos significativos, com a introdução do Cops e do CM, no entanto, Claire Piana defende que a nova estrutura institucional pode criar tensões burocráticas uma vez que parece existir uma sobreposição de funções entre as novas instituições e as ulteriores, nomeadamente entre o o Cops e o Coreper¹²; entre o Alto Representante para a PESC e o Comissário para as Relações Externas, o que pode causar relações conflituosas entre as diversas instituições europeias e minar o projecto de uma política de segurança e defesa para a Europa.

As evidências mostram que a União Europeia está seriamente empenhada em desenvolver a PESD de forma eficaz e coerente. Mas esta é uma questão polémica, sendo que não existe consenso entre políticos, intelectuais e entre os europeus em geral sobre qual deveria ser a política adoptada no continente europeu. O desenvolvimento deste pilar implicará custos adicionais, já para não falar da necessidade básica de meios adequados de reconhecimento e inteligência, assim como uma indústria europeia de defesa mais competitiva e consolidada. Em seguida iremos analisar diferentes perspectivas sobre qual a melhor opção para a segurança europeia, e quais os seus principais actores.

Perspectiva Francesa

Os Franceses são definitivamente os mais inconformados com a dependência militar europeia em relação à OTAN e mais concretamente aos EUA. Por isso não é de estranhar que o projecto da integração europeia tenha sido desenvolvido por um Francês, tendo como principal intuito o desenvolvimento de uma Europa que conseguisse igualar os EUA como potência. Pierre-Yves Monette afirma que : "Parler de la défense européenne sans l'Europe est tout simplement humiliant (...)", (Monette, 1981: 112).

A posição francesa é extremamente reticente em relação à OTAN e aos EUA e aposta numa defesa europeia nas mãos dos europeus, mas para isso tornava-se imprescindível o desenvolvimento da IESD. A União Europeia teria de falar a uma só voz em termos de Segurança e relações externas – urge apostar numa conexão das políticas externas, de modo a se conseguir uma maior unificação europeia. Se o Alto Representante para a PESC, Sr. Javier Solana, representasse a União Europeia nas suas posições externas, isso traria à União maior coesão e força.

¹² Instituição responsável pela supervisão de todos os assuntos europeus, nomeadamente os de segurança e defesa, e pela preparação das reuniões do conselho.

Entre os defensores desta perspectiva encontramos uns mais radicais que defendem que a Segurança e Defesa europeia deveriam estar exclusivamente nas mãos dos europeus, ou seja, são apologistas de uma autonomia face aos EUA. Os Europeus deveriam unir as suas políticas externas e deste modo construir um exército europeu – cada país cederia meios e capacidades militares para ajudar à construção deste exército. "L'unification des politiques de défense et la fusion des armées européennes permettront l'avènement d'une tierce voie en matière de politique étrangère et de défense" (Monette, 1981: 132). A posição menos radical desta perspectiva defende igualmente a necessidade de uma maior autonomia Europeia, no entanto sustenta a importância da relação transatlântica. Segundo os defensores desta posição os europeus têm de expandir o pilar europeu no seio da OTAN de modo a igualar o pilar Americano. Com este reequilíbrio de forças, europeus e americanos desempenhariam o mesmo papel, não havendo dependência europeia relativamente aos EUA.

O facto dos europeus dependerem militarmente dos EUA leva a que estes tenham de se abster de iniciativas que possam contrariar a política norte-americana no âmbito internacional. Estes problemas não se resolvem unicamente com a criação de instituições nem com o desenvolvimento de laços com a OTAN, é preciso desenvolver a eficiência e as capacidades militares. Um caminho estratégico para o aumento das capacidades europeias seria o desenvolvimento e fabrico, à escala europeia, de armamento e de equipamentos necessários para as novas missões de defesa europeia. É neste contexto que os franceses defendem a urgência de um maior esforço a nível do orçamento e despesas militares. Em 2003, os 25 estados da UE dispuseram de 199 biliões de dólares para a defesa, enquanto os EUA gastaram 405 biliões de dólares. Mas as disparidades não são apenas visíveis entre parceiros transatlânticos; dentro da União Europeia, a França e o Reino Unido dispuseram quase 100 biliões de dólares para a defesa, ou seja, metade dos gastos europeus com a defesa são efectuados por dois membros, sendo que a grande maioria dos estados-membros têm uma participação ínfima. É pois compreensível, o apelo dos defensores desta perspectiva no sentido de um maior esforço orçamental com a defesa, pois segundo muitos autores e políticos, de onde podemos destacar Jacques Chirac, quem não tiver empenhado em desenvolver o pilar europeu de segurança e defesa, poderá estar destinado a cair numa dependência tanto no plano político como também económico, face aos EUA.

A construção de uma capacidade autónoma de defesa na Europa exige uma racionalização e uma reestruturação dos gastos com a defesa, nomeadamente no sentido

de aumentar a baixa proporção de efectivos realmente preparados para actuar numa operação militar; aumentar os gastos com a defesa, que actualmente situam-se nos 2% do PIB; melhorar a capacidade de projectar forças para o exterior (meios de transporte e apoio) e desenvolver as Comunicações e a Inteligência (satélites de observação).

Segundo François Heisbourg: "(...) les Européens doivent développer leur capacités de défense, susceptibles de soutenir une véritable politique extérieure et de sécurité commune et d'apporter une contribution positive à l'Alliance" (1999: 219).

A perspectiva francesa aposta na defesa europeia como meio e condição essencial para a independência face aos americanos. O êxito das operações militares levadas a cabo em 2003 e 2004, bem como a operacionalidade das Forças de Reacção Rápida, foram sinónimo para os europeus de uma vitória no desenvolvimento da sua política de segurança e defesa, e mostraram que a PESD é um projecto que não está condenado ao fracasso como muitos advogavam.

Perspectiva Inglesa

Segundo os defensores da perspectiva Inglesa, a Segurança e Defesa Europeia não pode estar dissociada da OTAN e dos norte-americanos. A construção de uma PESD autónoma da OTAN seria extremamente inviável, senão impossível. Por um lado os europeus não possuem meios e capacidades militares suficientes; por outro lado, para desenvolverem uma PESD eficaz era imprescindível ceder parte da sua soberania, e esta é uma questão que suscita sérias questões. O objectivo dos europeus no que respeita à segurança, é reequilibrar a Aliança e não desligar-se dela. Não é igualmente sua intenção apostar no desenvolvimento de um exército autónomo europeu, construindo-se desta forma dois exércitos independentes, um encarregue de servir a Europa; o outro a OTAN – tal exército seria uma duplicação de meios e capacidades completamente desnecessária. O que os defensores desta perspectiva advogam é a necessidade de desenvolver o pilar europeu no seio da OTAN, mas sem pretensões de competição.

Os europeus possuem uma série de deficiências em termos militares. Para ultrapassá-las seria necessário dispor de grandes quantias financeiras, mas não existe vontade política, nem meios económicos para desenvolver tais capacidades, por isso resta aos europeus aceitar a sua inferioridade em termos militares, aceitando igualmente que tal deficiência não poderá ser suprimida a curto prazo. Os autores, políticos e intelectuais defensores destas ideias, afirmam que a Segurança e Defesa Europeia é indissociável da OTAN, que o diálogo transatlântico é fundamental e que deve ser cultivado continuamente. Não seria coerente uma separação transatlântica, uma vez que

existe coincidência de princípios, valores e interesses. Os Americanos são igualmente a favor do desenvolvimento do pilar europeu na OTAN, uma vez que isso seria sinónimo de fortalecimento da Aliança, na medida em que pressuporia uma repartição mais equitativa da carga de segurança entre os dois lados do Atlântico.

Segundo George Robertson, um projecto de defesa europeia não é possível fora da OTAN. A OTAN continua a ser a pedra angular da segurança europeia, de tal modo que a Europa ainda repousa sobre a relação transatlântica (2000). Segurança europeia e segurança transatlântica são indivisíveis: são duas faces da mesma moeda.

ONU e Segurança Global?

Existe uma série de personalidades que defendem um papel de maior relevo para a ONU. Sendo as Nações Unidas a única organização geral, deveria portanto ser responsável pela manutenção da paz a nível mundial. Mas para que tal acontecesse, a ONU teria de se prover de meios e capacidades próprias, que possibilitassem a sua intervenção em tempo oportuno e em qualquer parte do globo. Mantendo-se a situação que actualmente persiste, é impossível a ONU concretizar a função de defensora da paz mundial. Sem recursos próprios, ela está dependente da boa vontade dos Estados-membros. A construção de um exército próprio e eficiente das Nações Unidas traria sérios problemas sobre como construí-lo e como mantê-lo.

Estariam os membros dispostos a ceder meios e capacidades militares e dispor de mais despesas a nível financeiro para manter tal exército global? A resposta é indubitavelmente negativa. Muitos dos estados-membros da ONU pertencem igualmente a outras organizações regionais, para as quais já cedem forças militares, tanto a nível do equipamento como de soldados, e não faria sentido tal duplicação de recursos. Por outro lado, para a ONU ver aprovadas as resoluções do Conselho de Segurança, necessita de uma maioria de 2/3, sendo que os membros permanentes não podem votar contra. Desta forma, a tomada de decisão seria extremamente complicada e lenta, sendo muito difícil chegar a um consenso (principalmente se em tal intervenção estivesse envolvido algum membro permanente), o que conseqüentemente conduziria a um impasse permanente. Uma crise ou eventual ataque militar exige uma resposta e intervenção imediata, se tal operação estivesse nas mãos da ONU, correríamos sérios riscos que tal operação militar acontecesse tardiamente ou que a autorização da intervenção ficasse bloqueada, quer pelo veto de um membro permanente, ou pela ausência de votação de 2/3.

QUE MISSÕES PARA AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA E DEFESA?

As organizações internacionais são únicas, possuem características, objectivos, e capacidades que lhes são específicas, sendo por tanto natural que possuam funções e missões diferentes. Tendo em conta as suas vantagens comparativas, iremos estabelecer uma previsão da importância de cada organização internacional, em termos de intervenções com repercussão no campo da segurança e defesa.

Na nossa opinião, para haver maior eficácia das organizações internacionais de segurança e defesa na manutenção da paz mundial, seria necessário uma definição estreita das suas missões e intervenções, para deste modo não haver sobreposição de funções. O quadro abaixo demonstra como provavelmente será a repartição das intervenções de segurança entre as diversas organizações internacionais.

Tipo de Intervenções clássicas	OTAN	UE	ONU	OSCE
Prevenção de Conflitos	-	++	+	+
Manutenção da paz	++	+	-	-
Imposição da Paz	++	+	-	-
Construção da Paz	-	-	+	+

A prevenção de conflitos, ou seja a prevenção do aumento de violência em áreas voláteis, tais como áreas que lidam com o crime organizado, tráfico de drogas, pressões migratórias, problemas ambientais, conflitos étnicos de baixa intensidade, instabilidade macro-económica, assim como a questão do desarmamento¹³, envolve organizações como a UE, a OTAN, a OSCE e a ONU. No entanto, a UE é a instituição com melhor capacidade para lidar com estas situações, uma vez que combina a cooperação económica (os acordos bilaterais e regionais da União Europeia com essas áreas de

risco), com assistência técnica e financeira (por exemplo o PHARE e o TACIS)¹⁴, diálogo político, por exemplo com a Rússia, e as condições de alargamento que permitem a certos estados a adesão à União Europeia, mediante certas condições (sociedade democrática, capitalista, respeito pelos direitos humanos, entre outras). A UE será o principal actor na prevenção de conflitos. A ONU, OSCE e OTAN também contribuem para a prevenção de conflitos, embora não de uma forma tão eficiente. A ONU utiliza a diplomacia preventiva em zonas de risco através dos enviados especiais em representação do Secretário-Geral que procuram encontrar soluções pacíficas para crises com base no diálogo; o órgão interdepartamental da ONU para a coordenação e acção preventiva é outro exemplo de uma instituição da ONU com relevo na prevenção de conflitos. Os instrumentos da OSCE para prevenir crises são essencialmente o Centro de Prevenção de Conflitos, o Alto Comissária das Minorias Nacionais e o Órgão para Instituições Democráticas e Direitos Humanos. Em relação à OTAN, ela contribui com o conceito de Parceria para a Paz e Parceria Conjunta Euro-Atlântica.

A Manutenção da Paz respeita a situações de gestão de crises e conflitos como o caso dos Balcãs entre 1992 e 2001 e o conflito prolongado entre Israel e Palestina. Nestes conflitos, apesar das tentativas de os resolver através de sanções económicas, meios diplomáticos, a solução exige irremediavelmente intervenções militares. A Imposição da Paz distingue-se na Manutenção da Paz uma vez que a primeira não exige o consentimento das partes no conflito, como no caso da intervenção norte-americana no Iraque e no Afeganistão. A OTAN, a única organização com meios e capacidades para intervir militarmente em qualquer parte do globo, é e continuará a ser a organização mais importante em ambos tipos de operações, que incluem conflitos étnicos e guerras internas, luta contra o terrorismo, entre outros exemplos. Para outras organizações intervirem nestas missões será necessário o apoio da OTAN em termos de cedência de meios e capacidades militares que permitirão as intervenções lideradas por outras organizações, nomeadamente a UE, a OSCE e a ONU.

A UE terá um papel progressivamente relevante na manutenção da paz, liderando intervenções com os meios e capacidades da OTAN ou fazendo uso dos seus próprios meios. Na nossa opinião a médio e longo prazo a UE desenvolverá eficazmente as suas capacidades em termos militares e será capaz de intervir sozinha em missões de

¹³Tais instabilidades podem ser responsáveis por futuras crises e conflitos.

¹⁴ Tanto o PHARE (que lida com os países de centro e leste) como o TACIS (que lida com os estados independentes da Commonwealth) partilham objectivos tais como fornecer assistência financeira e técnica em apoio à transição para economias de mercado, e fornecer igualmente apoio institucional para o crescimento da sociedade democrática.

manutenção da paz e em missões de imposição da paz. A sua intervenção será inicialmente no palco europeu e regiões mais próximas, mas a longo prazo repartirá as responsabilidades da Segurança Internacional com a OTAN.

A OTAN detém indubitavelmente o papel primordial no palco nas operações de *Peacekeeping* e *Peace-Enforcement* e continuará a manter essa posição capital, contudo a EU irá continuamente afirmar-se como actor no campo da segurança e defesa internacional.

A Restauração e Estabilização da Paz consistem em operações com o intuito de construir a paz em regiões após terminado o conflito; neste sentido podemos destacar a importância do apoio dado aos refugiados, à protecção dos direitos humanos, à execução de eleições democráticas e reconstrução económica. As organizações responsáveis por estas missões serão a OSCE e ONU, fazendo uso dos meios e capacidades militares e técnicas, tanto da OTAN como da União Europeia. Em 2004 o Relatório “Uma maior Liberdade” alude à criação de uma nova Comissão de Construção da Paz, que comprova o intuito da Organização desenvolver o seu papel neste campo de intervenção, demonstrando que a ONU tem consciência que o seu papel é cada vez mais a Restauração da Paz e não tanto a Manutenção e Imposição da mesma.

Esta será a distribuição das missões entre as organizações internacionais de segurança e defesa, que permitirão uma melhor eficiência das mesmas na manutenção da paz. Desta forma, cada uma terá o seu campo de acção definido e poderão responder melhor às crises. Independência, mas também interdependência – as organizações terão de agir com base no diálogo e cooperação constante – são as palavras-chave para uma acção eficiente das Organizações Internacionais de Segurança e Defesa.

CONCLUSÃO

A questão da articulação entre as diversas organizações internacionais de segurança e defesa e a melhor política de segurança e defesa para a Europa são questões extremamente complexas. Num mundo globalizado, é importante a interdependência entre as organizações – só desta forma será possível resolver conflitos. É fundamental agir em conjunto, mas tendo ciente a necessária independência entre elas. Cada uma das organizações deve definir inequivocamente os seus princípios e o seu campo de acção, de modo a evitar sobreposição de funções e atritos entre elas.

Uma segurança e defesa europeia dissociada da OTAN é pouco provável a curto prazo, os europeus não têm meios nem capacidades militares para se responsabilizarem

pela sua própria segurança e existem condicionalismos difíceis de transpor, que impedem o desenvolvimento de uma PESD eficaz e autónoma. Contudo, achámos imprescindível um aumento dos esforços europeus nesse sentido, para que esse projecto possa ser realizado a médio e longo prazo. Contudo para que isso aconteça, é necessário uma maior vontade política, nomeadamente um aumento do esforço orçamental. A coerência da PESD depende igualmente do papel atribuído ao Alto Representante para a PESC, se a UE tiver um representante que a coloque a falar a uma só voz em termos de política externa, tal seria sinónimo de maior credibilidade e sucesso para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Amanda, Ricardo López. 2000. "La identidad de defensa europea: Después de Helsinki", *Política Exterior* 14 (73): 9-19.

Annan, Kofi. March 21, 2005. "An aspiration to a larger freedom", *Financial Times*.

Annan, Kofi. 2002. *United Nations' Peace Operations*. <http://www.un.org/unpeaceoperationsyearin/review2002.htm>.

- Archer, Clive. 1994. *Organizing Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Bezezinski, Zbigniew. 2000. "Vivir com una Europa", *Política Exterior*, 14 (77): 43-58.
- Closa, Carlos. 1997. *Sistema político de la Unión Europea*. Madrid : Editorial Complutense.
- Cotti, Flavio. 1996. *NATO declaration par l'OSCE*. <http://www.osce.org/undeclarationparlosceaunacc/brussels/11dec.1996.htm>
- Cutileiro, José. 1999. *Colloque discourse sur la relation entre OTAN et UEO*. http://www.europa.eu.int/otan_ueo/colloquediscoursecgenueo_madrid/4mai1999.htm.
- Dombey, Daniel. October 27, 2004. 'Nervous attack of 2003 leaves NATO still on the sick list', *Financial Times*.
- Dombey, Daniel e Eric Jansson. December 2, 2004. "Changing of the guard: the EU seeks to show the US it is serious about defence", *Financial Times*.
- Dumoulin, André. 1995. "Quelle rôle face à la nouvelle Europe" in Patrice Buffotot, *La défense en Europe: De la guerre du Golfe au conflit Yougoslave*, Paris : 169-188.
- Façon, Isabelle. 1997. "La Russie, l'OTAN et l'avenir de la sécurité en Europe", *Politique Étrangère* 3 : 291-305.
- Fernandes, António José. 1984. *Os conflitos Internacionais*. Braga: Editora Correio do Minho.
- Flynn, Gregory, e Henry Farrell. 1999. "Piecing together the democratic Peace: The CSCE, norms and the 'construction' of security in post- cold war Europe", *International Organization* 53(3): 505-535.
- Fuentes, Jorge. 2000. "La UE y la unidad militar", *Política Exterior* 14(74): 73-82.
- Gautier, Louis. 1999. "L'Europe de la défense au portant", *Politique Étrangère* 2: 233-242.
- Gutmann, Francis. 2000. "Defensa Europea: una perspectiva francesa", *Política Exterior* 14(77): 63-73.
- Hannay, David. November 29, 2004. "Global threats require a global response", *Financial Times*.
- Hartley, Keith. 2003. "The future of European defence policy: an economic perspective", *Defence and Peace Economics*, 14(2): 107-115.
- Heisbourg, François. 1999. "L'Europe de la défense dans l'Alliance Atlantique", *Politique Étrangère* 2: 219-232.

Howorth, Jolyon. 2001. "European Defence and the Changing Politics of the European Union: Hanging Together or Hanging Separately?", *Journal of Common Market Studies*, 39(4): 765-789.

Jones, Richard Win. 1999. *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Kamp, Karl-Heinz. 1999. "L'OTAN après Kosovo: Ange de paix ou gendarme du monde", *Politique Étrangère* 2: 244-256.

Kaplan, Lawrence S. 1999. *The long Entanglement: NATO's first fifty years*. Westport: Praeger.

Klare, Michael. 1994. "War, Conflict and Peace in Post-Cold War Era", in Michael Klare *Peace and World Security Studies: a curriculum guide*, 6th edition. London: Lynne Rienner Publishers.

Koubi, Vally. 1999. "Military technology races". *International Organization*, 53(3): 537-565.

Kirchner, Emil. 2003. *A study of the relationship between ESDP objectives and capabilities*, working paper University of Essex.

Kirchner, Emil. 2002. "The new security threats in Europe : theory and evidence", *European Foreign Affairs Review*, 7(4): 423-452.

Lavron, Sergei. November 29, 2004. "Reform will enhance the OSCE's relevance", *Financial Times*.

Lipschutz, Ronnie. 1995. *On Security*. New York: Columbia University Press.

Martins, Margarida Salema d' Oliveira, e Afonso d' Oliveira Martins. 1996. *Direito das Organizações Internacionais II*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Martinsen, P. 2003. "The European Security and Defence Policy (ESDP) – A Strategic Culture in the Making?", paper presented at the ECPR Conference Section 17 Europe and Global Security, Marburg, 18-21 September.

Maury, Jean- Pierre. 1995. "Vers une identité européenne de défense" in Patrice Buffotot, *La défense en Europe: De la guerre du Golfe au conflit Yougoslave*. Paris: 169-188.

McCalla, Robert B. 1996. "NATO's persistence after the cold war", *International Organization* 50 (3): 445-475.

Mckenzie, Mary M. e Peter H. Locdel. 1998. *The promise and reality of European Security Cooperation: States, Interests and Institutions*. Westport: Praeger.

Monette, Pierre-Yves. 1991. *Les Etats-Unis d'Europe*. SL: Éditions Nauwelaerts.

- Moreira, Adriano. 2000. *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Nye, J. e Joseph S. 2003. *Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history*, 4th edition, SL: Longman Pub Group.
- Ojanen, Hanna. 2002. *Theories at a loss? EU-NATO fusion and the 'low-politicisation' of security and defence in European Integration*. Paper presented at the 43rd Annual ISA Convention in New Orleans.
- Piana, Claire. 2002. "La PESC après Saint-Malo: de la diplomatie à la défense", paper présenté au Colloque CERI, 20-21 Juin.
- Ribeiro, Manuel de Almeida. 1998. *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Almedina.
- Roper John. 2000. *The working relationship between the EU, WEU and NATO*, http://www.nato.int/theworkingrelationshipbetweentheeu,weuandnato_johnroper.ht.
- Robertson, E. 2001. "European Defence: Chalenges and Prospects", *Journal of Common Market Studies*, 39(4): 791-800.
- Robertson, George. 2000. "Peace and Security for Europe", *Presidents and Prime Ministers*, 39(2): 33-38.
- Schechter, Michael. 1994. "International Law, the United Nations and UN Peacekeeping", in Michael Klare *Peace and World Security Studies: a curriculum guide*, 6th edition. London: Lynne Rienner Publishers.
- Silva, João Carlos. 3 de Dezembro, 2004. "101 propostas para reformar as Nações Unidas", *Jornal Público*.
- Silva, João Carlos. 3 de Dezembro, 2004a. "U.E. reforça componente militar com missão na Bósnia", *Jornal Público*.
- Sjursen, Helene. 2003. *Security and Defence*, Arena Working Paper 10/03.
- Smith, Michael. 2003. "The framing of European foreign and securiry policy: towards a post-modern policy framework?", *Journal of European Public Policy*, 10(4): 556-575.
- Solana, Javier. 1999. "L' OTAN y el futuro de la seguridad europea", *Política Exterior* 13 (72): 61-79.
- Turner, Mark. March 22, 2005. "Annan warns over UN reform package", *Financial Times*.
- Turner, Mark. March 21, 2005. "Annan to unveal plans for overhaul", *Financial Times*.
- Turner, Mark. November 29, 2004. "The United Nations in a divided World: can it reform itself to stay relevant?", *Financial Times*.

Weaver, Ole. 1995. "Securitisation and Desecuritisation" in R. Lipschutz, *On Security*, New York: Columbia university Press.

Weneger, Henning. 2000. "*Hacia una industria de defensa europea*". *Política Exterior*, 14 (74): 57-70.

Winn, Neil. 2003. "Towards a Common European Security and Defence Policy? The debate on NATO, the European Army and Transatlantic Security". *Geopolitics*, 8 (2): 47-68.

Sites Consultados:

www.europa.eu.int

www.nato.int

www.osce.org

www.un.org